

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº.....**  
**(Do Sr. Agnaldo Muniz)**

**Solicita seja convocada a Senhora Dilma Vana Roussef, Ministra do Ministério de Minas e Energia e convidados o Sr. Presidente da Petrobras e o Sr. Diretor Geral da Agência Nacional de Petróleo-ANP, a fim de prestarem esclarecimentos sobre aumentos dos preços dos combustíveis e adulteração na composição química dos combustíveis.**

**Senhor Presidente:**

Requeiro a V. Exa. Com base no art. 50 da Constituição Federal, e com fundamento no art. 219, § 1º do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne adotar as providências necessárias à convocação da Senhora DILMA VANA ROUSSEF, Ministra de Minas e Energia e que sejam convidados o Presidente da Petróleo Brasileiro SA-Petrobras, o Sr. José Eduardo Dutra, e Senhor Diretor Geral da Agência Nacional de Petróleo-ANP, Dr. Sebastião do Rego Barros, para comparecerem ao Plenário desta Comissão a fim de prestarem esclarecimentos a esta Casa sobre o aumento abusivo dos preços de combustíveis e adulteração na composição química dos combustíveis.

**JUSTIFICAÇÃO**

Com a política de liberalidade, com a abertura do mercado, e se fundamentando na idéia da livre concorrência, resolveu o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso liberar os preços dos combustíveis, de outros derivados de petróleo, e do álcool hidratado combustível, em todo o país

O resultado desta política foi a formação de cartéis que combinam os preços, e forçam o aumento dos lucros elevando os preços dos combustíveis ao máximo

possível. De acordo com o Procon em pesquisas encomendadas pelo Ministério Público, os postos de venda de combustíveis e derivados de petróleo estariam praticando crime contra a ordem econômica.

Em Salvador, 95 dos 112 postos da cidade cobravam em maio/junho de 2000 R\$ 1,32 pelo litro de gasolina. No interior de São Paulo o Ministério Público resolveu denunciar a maioria dos postos. Em Pernambuco uma CPI na Assembléia Legislativa investigou indícios de formação de cartel. Em Manaus o Ministério Público investiga desde o começo de 99 a formação de cartel entre os revendedores de combustíveis. No Piauí, no Ceará, em Belo Horizonte, o problema é o mesmo. No Distrito Federal temos os preços mais elevados do país com quase 90% dos revendedores sob suspeita de cartelização. Só para se ter uma idéia do que ocorre em Brasília a BR distribuidora, subsidiária da Petrobras reajustou a gasolina que vende aos postos de R\$ 1,33 para R\$ 1,34 o litro com aumento de apenas R\$ 0,01 em 2.000. A maioria dos 136 revendedores no DF reajustou a gasolina em R\$ 0,11 de R\$ 1,52 para R\$ 1,63, sobre o aumento da distribuidora, reajuste de mais de 1.000% aos consumidores. Se em Brasília onde esta instalado o Poder Executivo Federal ocorre estes absurdos, ou que não se passa no interior do Brasil.

A Agência Nacional do Petróleo possuía no ano de 2.001, 52 técnicos para fiscalizar mais de 28 mil postos revendedores de combustíveis e derivados de petróleo no Brasil. Portanto não possui estrutura fiscalizadora.

O governo FHC assistiu quase passivamente à desorganização do mercado que está anarquizado. Em 2002 a gasolina brasileira custava duas vezes mais do que a americana no posto de abastecimento. A disparidade se deve a dois fatores: a tributação brasileira é muito maior e a abertura do mercado nacional de petróleo, que só contribuiu para desorganizar ainda mais o mercado. Aqui para abastecermos pagamos 55,8% da conta em impostos, segundo dados do Sindicato dos Distribuidores do Rio (Sindicom). Nos Estados Unidos, de acordo com o Departamento de Energia, a carga tributária é de 38%.

Outro fator que contribui para o aumento do preço foi a política adotada pela Petrobras durante o governo do Presidente Fernando Henrique, que passou a adotar a mesma política dos USA, ou seja os preços dependem não do custo de produção, mas das condições do mercado – e a referência é o mercado dos Estados Unidos. Assim os preços dos combustíveis são reajustados de 15 em 15 dias. Ora o brasileira não ganha em dólares, nem o Brasil é os Estados Unidos.

Não se tem no Brasil, portanto, a competitividade que se verifica nos países em que o refino e a distribuição de combustíveis são efetivamente livres.

Além da montagem de cartéis em todos os Estados brasileiros, os espertos proprietários de postos revendedores de combustíveis resolveram fraudar o combustível misturando produtos os mais diversos na gasolina, como água, álcool, e outros para aumentar o lucro e simular um produto ofertado com preços menores. Com isso o consumo do combustível mais consumido no Brasil, a gasolina, fica comprometido. A baixa qualidade dos combustíveis atinge 170 milhões de brasileiros. Muitos postos vendem gasolina fraudada mais barata, o que atrai mais consumidores, que serão altamente prejudicados pois terão problemas mecânicos em seus automóveis. Até automóveis novos podem ter seus motores fundidos.

Segundo a ANP em 2.002 a adulteração da gasolina atingiu mais de 10,4 das amostras de gasolina colhidas pela agência, mas acreditamos que esse número seja bem maior em razão da grande deficiência da Agência Nacional de Petróleo na fiscalização. A adulteração mais comum é a mistura de maior quantidade do que a permitida de álcool na gasolina. Mas, solventes são utilizados com muita freqüência.

Tudo isso confirma que o Governo não possui infra-estrutura para enfrentar o mercado livre.

Os abusos e as suspeitas de formação de cartel continuam no Brasil, em todos os Estados. Apesar da Agência Nacional do Petróleo ter notificado 22,3 mil ações de fiscalização em 2.002. Só no Centro-Oeste forma notificados 203 postos. O estado de Goiás foi o que mais notificou com 101 casos de multa. Mato Grosso do Sul teve 23 postos notificados. No Distrito Federal foram somente 30 revendedores autuados e cinco interditados.

Em 2.003 até fevereiro o preço da gasolina comum nos postos do Rio de Janeiro e em outros 18 estados, já acumula uma alta de 8,25%. No início do ano, o litro da gasolina custava R\$ 2,06 no Rio e, agora está valendo R\$2,23 em média. Em Brasília está mais cara R\$ 2,33.

Com o álcool ocorre o mesmo problema. O preço estava bem abaixo ao da gasolina, foi só aumentar o consumo para os usineiros produtores de álcool manobrarem para subir o preço do álcool hidratado combustível. Tanto que o Poder Executivo pratica a redução ou aumento da percentagem de álcool na gasolina e acordo com a conveniência.

No dia 27 de dezembro de 2.002, ainda no governo FHC, houve aumento nas refinarias da Petrobras de 12,8%, com base na cotação do dólar no país e no mercado internacional, se refletiu na base de cálculo do ICMS.

Encher o tanque ficou mais caro em 243% desde 1995. Não existe estabilidade monetária que resista a está política.

Nos últimos 10 anos a produção de petróleo no país vem crescendo a uma taxa média anual de 8,2%. Com isso, o Brasil manteve sua posição de 18º maior produtor mundial de petróleo segundo a ANP. Os constantes recordes de produção, entretanto, não estão beneficiado a população. O que tem acontecido nos últimos 8 anos é um aumento freqüente, constante e abuso dos preços dos combustíveis.

Nosso objetivo com esse Requerimento de Convocação e debatermos esse tema e proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta de produtos de acordo com o inciso III do art. 1º da Lei 9.478 de 06.08.97. Isto face ao momento em que vivemos onde o povo brasileiro está atônito com a desordem que se estabeleceu no mercado de revenda de combustíveis e de derivados do petróleo e do álcool combustível.

Sala da sessões, em

de 2.003.

Deputado **AGNALDO MUNIZ/PPS-RO**